



# TREINAMENTO CIPA

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO – CIPA

## APOSTILA – MÓDULO 5

*Noções sobre Legislação Trabalhista e Previdenciária Relacionadas à SST*

### 1. Objetivos do Módulo

- ✓ Apresentar as principais normas legais relacionadas à segurança e saúde no trabalho.
- ✓ Compreender os direitos e deveres do trabalhador e do empregador.
- ✓ Integrar conceitos jurídicos à prática de prevenção da CIPA.
- ✓ Conhecer instrumentos legais como CAT, PGR, PCMSO e inspeções do trabalho.

### 2. Introdução

A legislação brasileira em segurança e saúde no trabalho estabelece normas que visam **proteger a integridade física e mental do trabalhador**, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais. O cumprimento dessas normas garante não apenas a segurança, mas também **conformidade legal** e redução de passivos trabalhistas.

“Conhecer a lei é o primeiro passo para a prevenção.”

### 3. Legislação Trabalhista Aplicada à SST

#### 3.1 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

- ✓ **Art. 157:** dever do empregador de cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- ✓ **Art. 189 a 191:** estabelecem a responsabilidade civil e criminal em casos de acidentes;
- ✓ **Art. 200:** fiscalização do Ministério do Trabalho.





### 3.2 Normas Regulamentadoras (NRs)

As **Normas Regulamentadoras (NRs)** são obrigatórias para todos os empregadores. Destacam-se:

- ✓ **NR-1:** Disposições gerais e gerenciamento de riscos.
- ✓ **NR-5:** Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- ✓ **NR-6:** Equipamento de Proteção Individual (EPI).
- ✓ **NR-7:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- ✓ **NR-9:** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
- ✓ **NR-17:** Ergonomia.

## 4. Legislação Previdenciária Relacionada

### 4.1 Lei nº 8.213/1991 – Benefícios da Previdência Social

- ✓ Estabelece direitos do trabalhador em caso de acidente ou doença ocupacional;
- ✓ Benefícios: auxílio-doença acidentário, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, reabilitação profissional;
- ✓ Acidente de trabalho: art. 19 define, art. 21 detalha causas e equiparações.

### 4.2 Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)

- ✓ Obrigatória em qualquer acidente ou doença relacionada ao trabalho;
- ✓ Deve ser emitida **imediatamente** pelo empregador ou pelo próprio trabalhador (Lei 8.213/91, art. 22);
- ✓ Instrumento essencial para **registro, investigação e concessão de benefícios previdenciários**.

## 5. Obrigações do Empregador

- ✓ Garantir ambiente de trabalho seguro;
- ✓ Fornecer EPIs e treinamentos (NR-6);
- ✓ Implantar PCMSO e PGR (NR-7, NR-1);
- ✓ Investigar acidentes e implementar medidas corretivas;
- ✓ Comunicar acidentes à Previdência (CAT).

## 6. Direitos do Trabalhador

- ✓ Recusar atividades em situação de risco grave e iminente;
- ✓ Receber treinamento e orientação sobre SST;
- ✓ Utilizar EPIs fornecidos pelo empregador;





- ✓ Participar da CIPA como membro titular ou suplente;
- ✓ Ter acesso a exames médicos periódicos e ambientais.

## 7. Papel da CIPA

- ✓ Garantir o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária;
- ✓ Participar na **elaboração de normas internas** de prevenção;
- ✓ Acompanhar inspeções e fiscalizações do Ministério do Trabalho;
- ✓ Sensibilizar colegas sobre direitos e deveres relacionados à SST.

## 8. Ferramentas Legais e Documentação

- ✓ **CAT**: comunicação e registro de acidentes;
- ✓ **PCMSO**: monitoramento da saúde ocupacional;
- ✓ **PGR**: gestão integrada de riscos ocupacionais;
- ✓ **MAPA DE RISCOS**: instrumento de mapeamento e prevenção visual.

## 9. Estudos de Caso

### Exemplo 1: Acidente com CAT não emitida

- ✓ Problema: trabalhador sofreu queda, CAT não foi registrada;
- ✓ Consequência: atraso no benefício acidentário e responsabilidade legal do empregador;
- ✓ Medida corretiva: treinamento da equipe, padronização de emissão de CAT.

### Exemplo 2: Não conformidade com NR-6

- ✓ Problema: falta de EPIs adequados em setor químico;
- ✓ Consequência: multa trabalhista, exposição a riscos graves;
- ✓ Medida corretiva: fornecimento de EPIs, auditoria periódica e conscientização dos colaboradores.

## 10. Referências

- ✓ BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- ✓ BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Benefícios da Previdência Social;
- ✓ Normas Regulamentadoras – Ministério do Trabalho e Previdência: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/seguranca-e-saude-no-trabalho-nrs>





- ✓ FUNDACENTRO – Higiene e Segurança Ocupacional: <https://www.fundacentro.gov.br>;
- ✓ Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho – <https://smartlabbr.org/sst>.

## 11. Conclusão

O conhecimento da **legislação trabalhista e previdenciária** é essencial para que os membros da CIPA atuem com segurança jurídica e eficácia na prevenção de acidentes. O cumprimento das normas garante a proteção da saúde do trabalhador e a conformidade legal da organização.

Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho/DGP/SA  
Osasco, agosto de 2025  
Revisão 1

